

**FRANCISCO DE ASSIS
E A ECONOMIA
DA FRATERNIDADE**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Sorrentino, Domenico

Francisco de Assis e a economia da fraternidade / Domenico Sorrentino ;
tradução de Darlei Zanon. - São Paulo : Paulus, 2026.

(Coleção Comunidade e Missão)

ISBN 978-85-349-6100-4

1. Doutrina social - Igreja Católica 2. Francisco de Assis, Santo, 1181-1226 —
Aspectos econômicos 3. Fraternidade I. Título II. Zanon, Darlei

26-0932

CDD 261.8

Índice para catálogo sistemático:

1. Doutrina social - Igreja Católica

Coleção **Comunidade e missão**

- *Dom Helder Câmara: profeta para os nossos dias*, Marcelo Barros
- *Concílio Vaticano II: reflexões sobre um carisma em curso*, João Décio Passos (eBook)
- *Sujeitos no mundo e na Igreja*, João Décio Passos (org.) (eBook)
- *Evangelho e instituição*, Marcelo Barros (eBook)
- *A teologia e a pastoral na cidade: desafios e possibilidades atuais*, Elias Wolff (org.)
- *Concílio Vaticano II: experiências e contextos*, Rodrigo Coppe Caldeira (org.)
- *Casa comum ou globalização da indiferença? Ensaio sobre ecologia integral, fraternidade, política e paz*, Paulo César Nodari
- *Profetas e místicos em terra brasileira: história, espiritualidades e lutas*, Mauro Passos; Newton D. Andrade Cabral; Wagner Sanches (orgs.)
- *Doutrina Social da Igreja: outro mundo possível*, Altierrez dos Santos; Luiz Alexandre Solano Rossi
- *Francisco de Assis e a economia da fraternidade: para recomençar a partir dos últimos*, Domenico Sorrentino
- *Poliedro e amizade social: contribuições do papa Francisco à Doutrina Social da Igreja*, Miguel Ángel Barrios
- *Papa Francisco: um profeta dos tempos atuais*, Paulo César Nodari

DOM DOMENICO SORRENTINO

Tradução: Darlei Zanon

FRANCISCO DE ASSIS E A ECONOMIA DA FRATERNIDADE

PARA RECOMEÇAR A PARTIR DOS ÚLTIMOS



Todos os direitos reservados pela Paulus Editora. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

Título original: *Francesco d'Assisi e l'economia della fraternità: Per ripartire dagli ultimi*

© 2021 - Edizioni Francescane Italiane

Via Marco Polo, 1/Bis - 06125 Perugia (ITALIA)

Direção editorial

Pe. Jakson Ferreira de Alencar

Gerência editorial

Elisa Zuigeber

Revisão

Tiago José Risi Leme

André Odashima

Darlei Zanon

Design

Alicia de Sousa Camelo

Imagem da capa

Giotto di Bondone, "São Francisco e frei Leão pregando aos pássaros"

Impressão e acabamento

PAULUS

1ª edição, 2026



Conheça o catálogo PAULUS
acessando: paulus.com.br/loja,
ou pelo QR Code.
Televendas: (11) 3789-4000 /
0800 016 40 11

© PAULUS - 2026

Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091

São Paulo (Brasil)

Tel.: (11) 5087-3700

paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

ISBN 978-85-349-6100-4

Índice

Siglas e abreviaturas	7
Prefácio	
“Sou eu por acaso o guarda do meu irmão?”	9
Introdução	21
Capítulo 1: O DESPOJAMENTO	
Profecia de uma economia alternativa	27
Capítulo 2: VOCÊS SÃO TODOS IRMÃOS	
O sentido da fraternidade.....	39
Capítulo 3: IRMÃO LEPROSO	
A economia do descarte.....	49
Capítulo 4: RECONSTRUA A MINHA CASA	
Por uma fraternidade “oikonômica”	57
Capítulo 5: A FRATERNIDADE CÓSMICA	
Por uma economia de cuidado e proteção.....	65
Capítulo 6: TRABALHO E DINHEIRO	
Uma combinação não óbvia.....	77
Capítulo 7: DE PEDRA A CARIDADE	
O dinheiro entre preço justo e “Montes Pios”	89

Capítulo 8: O CAPITAL DA FRATERNIDADE
Recomeçar a partir dos últimos..... 99

Conclusão: UM MANTO PARA SONHAR
Lançar as sementes de uma nova economia113

Siglas e abreviaturas

1Cel	Vida Primeira de São Francisco de Assis, de Tomás de Celano
2Cel	Vida Segunda de São Francisco de Assis, de Tomás de Celano
3Comp	Lenda dos Três Companheiros
AL	Encíclica <i>Amoris Laetitia</i>
CAss	Compilação de Assis (Legenda de Perugia)
DEC	Dicionário de Economia Civil
EG	Exortação Apostólica <i>Evangelii Gaudium</i>
FF	Fontes Franciscanas
FT	Encíclica <i>Fratelli Tutti</i>
LS	Exortação Apostólica <i>Laudato Si'</i>
RB	Regra bulada (1223)
RnB	Regra não bulada (1221)
LegM	Legenda Maior de São Boaventura de Bagnoregio

Prefácio

“SOU EU POR ACASO
O GUARDA DO MEU IRMÃO?”

1. Francisco também é um nome da economia. Ainda que não seja a primeira palavra a ele associada, a grande profecia de Assis foi – e continua sendo – também uma profecia econômica, anúncio de um “ainda não” também econômico. O bispo Domenico Sorrentino, que há muito tempo enriquece a reflexão sobre a Doutrina Social da Igreja e sobre a economia franciscana e cristã (conhecidas e especialmente importantes são suas obras sobre o pensamento de Giuseppe Toniolo), com o presente ensaio, ágil e intenso, continua aprofundando o pensamento econômico de São Francisco e da tradição franciscana, em diálogo com a tradição evangélica e cristã do pensamento econômico, em particular com o magistério econômico-social do papa Francisco. O coração deste ensaio que tenho a honra e o prazer de apresentar está de fato no diálogo entre a economia de São Francisco, a economia evangélica e a economia do saudoso papa Francisco. O projeto Economia de Francisco, movimento global de jovens empreendedores e economistas que dom Sorrentino, em nome do papa, preside e guia, é o fio condutor que percorre todo o livro, dando-lhe maior conexão com a atual situação econômica do nosso tempo, e fortalecendo sua veia profética. A originalidade deste ensaio está, além dessa tríade, também no entrelaçamento do passado com o presente, da economia política/civil com a oikonomia, do Evangelho com a história, de São Francisco com o magistério.

Uma originalidade desenvolvida através de alguns grandes temas, que se encontram nas áreas de intersecção entre estas palavras: fraternidade, descarte, criado, trabalho, cuidado. A figura de Carlo Acutis, outro amigo e interlocutor da economia franciscana, e o anúncio do prêmio internacional que fecha (e abre) o livro, fortalecem e impulsionam a mesma profecia que irriga todo o trabalho e a obra de Sorrentino.

Um dos primeiros a compreender a natureza intimamente econômica da profecia de Francisco foi Dante: “Riqueza ignota! Ó Bem só verdadeiro! Descalço vai Egídio, vai Silvestre, porque amam-na, do esposo no carreiro” (Divina Comédia, Paraíso, XI, 84). Ignota riqueza, um paradoxo que inspirou também o título do bem-sucedido ensaio de Giacomo Todeschini: “Riqueza franciscana”. O amor de Francisco e de seus seguidores era enorme e infinito pela senhora pobreza porque a viam como uma forma, desconhecida e misteriosa, de nova riqueza.

Para compreender esta riqueza-pobreza, o ponto de partida é sem dúvida o Evangelho: “Felizes vocês, os pobres, porque de vocês é o Reino de Deus” (Lc 6,20, cf. Mt 5,3). Uma pista para entrar nesta primeira bem-aventurança encontramos no próprio texto: é o Reino de Deus. A felicidade dos pobres está toda no viver já no Reino. O Reino “é” deles hoje, não “será” amanhã. Os pobres são felizes porque habitam o Reino de Deus. Entre os pobres chamados felizes estavam os rejeitados – como nos lembra Sorrentino –, os sem-teto, aqueles que tinham pouco ou nada para viver. Mas também os leprosos, as viúvas (e quase todas as mulheres), os órfãos (e quase todas as crianças), pessoas que não por acaso eram os principais amigos e companheiros de Jesus durante sua vida. Pobres eram a maior parte dos seus discípulos, que o encontravam pelas estradas da Palestina, pessoas comuns, como nós, que o seguiram e começaram a caminhar com ele. Eles já eram pobres ou tornaram-se pobres ao conhecer outro reino, seguindo outra felicidade. Somente os pobres vivem

no Reino de Deus, aquele Reino habitado pelos homens e pelas mulheres das bem-aventuranças: mansos, puros, perseguidos, misericordiosos, famintos por justiça, aflitos, pobres. O Reino de Deus é o lugar das relações não predatórias com as coisas e com as pessoas, onde a regra de ouro é a gratuidade. Alguns tentaram, ao longo da história, levar a sério essa bem-aventurança. Um deles é Francisco de Assis, aquele que, mais do que ninguém, nos revelou o que significa “felizes os pobres”. Nem todos os cristãos e nem todos os homens escolhem “a senhora pobreza”, mas aquela típica alegria da pobreza verdadeira e não ideológica só é conhecida por Francisco e por aqueles e aquelas como ele. Aquela fraternidade cósmica, aquele canto das criaturas, aquela liberdade absoluta, aqueles beijos na boca e nas mãos dos leprosos, a perfeita alegria, pode nascer apenas daqueles que estão dentro daquela bem-aventurança e vivem em um Reino diferente. A alegria de Francisco nasce de uma pobreza escolhida, e sua bem-aventurança é evidente para aqueles que a escolhem e para aqueles que a observam. Mas entre os pobres que seguiam Jesus não estavam apenas aqueles que se tornaram pobres por escolha própria. Havia muitos pobres-pobres, pessoas que não escolheram a pobreza, mas se encontravam na pobreza desde o nascimento, ou que se tornaram pobres após uma doença ou infortúnio. “Felizes os pobres” envolve, deve envolver, os pobres por opção e os pobres-pobres: reside também aqui o paradoxo generativo de Francisco, que hoje nossa cultura não reconhece mais, e chama sua pobreza de sobriedade ou sustentabilidade, eliminando a parte boa de sua profecia e continuando a excluir os leprosos.

2. Uma economia de Francisco, então, ao mesmo tempo que chama a pobreza de riqueza, também nos diz que a riqueza não é sempre boa. Há muita – demasiada – riqueza errada no mundo, hoje mais do que ontem. Aquela que nasce do comércio

de armas, da exploração de crianças, trabalhadores e meio ambiente, dos lucros dos jogos, da corrupção, da evasão e da sonegação fiscal, do tráfico e do crime organizado. É a riqueza produzida pela economia e pelas finanças que matam. Seguir essa riqueza é idolatria, é o anti-Deus, é uma contrarreligião. A riqueza errada aumenta a desigualdade. A desigualdade é uma grave doença do nosso tempo, precisamos expô-la com mais força. É uma doença sorrateira, um assassino silencioso, que, dia após dia, mina o pacto social nos seus alicerces, exclui os pobres pouco a pouco, sem fazer barulho. Uma doença que não é vista o suficiente porque é coberta por novas ideologias escondidas em palavras elegantes como meritocracia, que está se tornando a legitimação ética da desigualdade. Já sabíamos, mas com a covid-19 vimos isso com absoluta clareza. Uma das maiores novidades morais do humanismo cristão é, de fato, ter libertado os pobres da culpa por sua pobreza. O mundo antigo nos tinha deixado como legado a ideia, muito enraizada e generalizada, de que a pobreza não era nada mais do que a maldição divina merecida por alguma culpa cometida pela pessoa ou pelos seus antepassados. Dessa forma, os pobres se viam condenados duas vezes: pela vida e pela religião. E os ricos se sentiam tranquilos, justificados e duplamente abençoados. Desde os tempos do Império Romano, e depois, durante a Idade Média e a Idade Moderna, os estatutos e as leis municipais eram muito cuidadosos em identificar os chamados pobres e mendigos voluntários e, portanto, culpados, para depois os expulsar dos muros da cidade. O cristianismo trouxe uma grande inovação em relação à pobreza. Pela mensagem de radical fraternidade universal que o anima, tentou eliminar as desigualdades na base das estruturas sacro-hierárquicas das sociedades antigas. Uma religião fundada por um homem que não era rico, e com muitos apóstolos e discípulos pobres, e que ousava chamar os pobres de “bem-aventurados”, num contexto religioso e cultural que descartava e amaldiçoava

os pobres. E que em sua vida fez de tudo para mostrar que os doentes e os pobres não eram culpados por sua doença e/ou pobreza (pensemos no cego de nascença, no paraplético, nos leprosos...). A Igreja primitiva continuou essa revolução ética, e Santo Ambrósio pode escrever: “Não é verdade que os pobres são amaldiçoados” (A vinha de Nabot). Precisou dizer com firmeza, porque ele estava bem ciente de que ia contra a mentalidade de seu tempo. Essa grande novidade religiosa e social produziu, séculos depois, Francisco e as ordens mendicantes, que viveram e mostraram uma ideia de pobreza como caminho de libertação e de felicidade que irrigou o segundo milênio. E posteriormente os inúmeros carismas sociais da modernidade, que viram os pobres não como amaldiçoados, mas como imagem do Cristo pobre e sofredor. Esses carismas sociais nos disseram e continuam a nos dizer que o pobre é simplesmente pobre, e é a sua condição objetiva de necessidade que o torna próximo e, como tal, merecedor de ajuda. O samaritano não ajuda o homem que foi vítima dos bandidos porque era portador de algum mérito, mas porque era uma vítima e era um homem (“Certo homem descia...”). A culpa nunca foi uma boa chave de leitura para compreender e curar a pobreza, porque toda vez que inicia a análise das culpas, sempre se encontra uma para condenar o fraco. Foram os carismas, não as instituições políticas das cidades e depois dos Estados modernos, que superaram a terrível distinção entre pobres bons e pobres amaldiçoados, que fizeram fechar aqueles “hospitais” onde os pobres culpados eram presos e submetidos a verdadeiros trabalhos forçados para a reinserção social, bem conhecidos por muitas cidades europeias nos séculos passados. A economia de Francisco nos diz que a pobreza não é uma maldição e que o pobre não é culpado, e ao dizer isso critica profundamente uma cultura utilitarista que hoje está introduzindo, também nos países

católicos, a ideia arcaica da pobreza como culpa, combatida por Jó e pelos Evangelhos, e contra a qual Francisco reagiu.

3. *Nos últimos anos, acompanhando o papa Francisco e dom Sorrentino na Economia de Francisco, recebi, entre outros, o grande dom de conhecer mais de perto a extrema pobreza de Francisco. E estou convencido de que foi algo único na história. Ninguém amou a pobreza como Francisco, nem antes nem depois dele. Porque Francisco não amou somente os pobres – estes foram amados por muitos –, Francisco amou loucamente a pobreza, como caminho para ser um outro Cristo. Portanto um amor louco, absoluto, totalmente imprudente, o anti-bom senso. Desse amor absoluto nasceu, como nos diz o ensaio de Sorrentino, uma recusa radical do dinheiro e da riqueza, o que gerou a compreensão mais profunda da natureza da economia. Encontramos o dinheiro no início da vocação de Francisco. Ele não era pobre, tornou-se pobre. Felix mercator: Francisco se liberta de pouco porque quer tudo. Nunca tinha sido visto lucro tão alto. Quando o padre da igreja de São Damião recusa seu dinheiro, Francisco, “verdadeiro desprezador da riqueza, joga-o por uma pequena janela” (Vita prima, 335). Na Regra de 1221, Francisco nos conta em que sentido foi um “verdadeiro desprezador da riqueza”. Ali, como nos explicou Paolo Evangelisti (O dinheiro franciscano entre norma e interpretação, 2020), a relação com a moeda e a pecúnia ocupa lugar central: “Nenhum irmão, onde quer que esteja e para onde quer que vá, nem sequer ajunte do chão, nem aceite ou faça aceitar dinheiro ou moedas... Pois do dinheiro ou de moedas não devemos ter nem esperar mais proveito que de pedras” (Regra não bulada, Cap. VIII). Os frades tornam-se homens “estranhos ao dinheiro”, como se a moeda fosse uma coisa impura. Nas primeiras gerações*

dos Franciscanos, a alienação do dinheiro e da pecúnia era total, radical, incondicional.

E assim, enquanto o dinheiro inundava as cidades europeias, enquanto os leigos manuseavam moedas todos os dias, os mosteiros beneditinos e agostinianos continuavam a crescer em suas propriedades, as igrejas e catedrais resplandeciam em sua magnificência, os Franciscanos permaneceram com todas as suas forças agarrados à torre da mais extrema pobreza, e fizeram dela seu primeiro prestígio.

Sorrentino destaca muito o trabalho, porque é fundamental para compreender esta oikonomia paradoxal. De fato, lemos na Regra: “E os irmãos que forem capazes de trabalhar, trabalhem; e exerçam a profissão que aprenderam... E como retribuição pelo trabalho, podem aceitar todas as coisas de que precisam, exceto dinheiro” (Regra não bulada, VII). Também aqui: tudo... Menos dinheiro. Por quê? Qual é a razão desse distanciamento absoluto do dinheiro? Frei Bartolo de Sassoferrato, por exemplo, nos oferece alguns elementos. Ao reiterar que o frade que trabalha tem direito a uma recompensa, não exclui apenas a recompensa monetária, exclui também a possibilidade de celebrar um contrato para fixar o valor da recompensa: “desde que não celebrem um contrato ou um acordo que tenha por objeto uma taxa” (citado em Evangelistas, p. 258). Uma segunda proibição, essa, que nos parece igualmente bizarra, especialmente quando vista com os nossos olhos. Mas podemos apresentar uma hipótese. Estabelecer uma compensação pelo trabalho antes de ele ser realizado poderia levar o frade a tornar o dinheiro a razão do seu trabalho, a recompensa poderia se tornar a motivação da ação. Temos aqui, talvez, a primeira raiz da distinção entre incentivo e prêmio: a recompensa (não monetária) só poderia ser aceita se fosse um prêmio, não um incentivo. O prêmio, de fato, é a recompensa pelo comportamento virtuoso que teria sido feito mesmo sem o prêmio; o incentivo, ao contrário, é

a razão para uma determinada ação, que não nasceria sem aquele incentivo. O prêmio, portanto, é um encontro de reciprocidade e liberdade, e requer em quem age um componente essencial de gratuidade. Tanto que a recompensa, para os Franciscanos, não podia ser certa, e ao frade que não recebia recompensa pelo seu trabalho se recomendava recorrer à esmola. Justamente porque a recompensa não era a motivação do trabalho. Essa radicalidade absoluta permite-nos assim colher uma dimensão essencial também do nosso trabalho, totalmente esquecida. Aqueles antigos Franciscanos, ao afirmar que a recompensa não deve ser a motivação do trabalho, dizem-nos que nosso salário hoje não pode ser a única e talvez nem mesmo a primeira motivação do nosso trabalho; e quando assim se torna, o trabalho perde a liberdade.

Outra chave para entrar no paradoxo monetário franciscano nos é oferecida por frei Angelo Clareno, outro grande mestre franciscano: “Eu chamo comunhão a vida perfeita à qual é estranha toda posse pessoal”. Os bens humanos, segundo o frade italiano, como as riquezas dos anjos, “não são um bem delimitado, não são um bem que precisa ser distribuído entre muitos e dividido” (citado em Evangelistas, p. 226-7). Aqui estamos diante de outra inovação teórica muito importante, talvez da primeira definição daqueles bens que a teoria econômica (Paul Samuelson) chama de “bens públicos”, que são uma espécie de bens comuns. A primeira característica dos bens públicos é de fato sua indivisibilidade, porque, tal como acontece com a segurança nacional ou com a atmosfera (típicos bens públicos), não é possível dividir o bem e atribuí-lo aos diferentes consumidores, porque todas as pessoas “usam” todo e o mesmo bem público: “Portanto, esses bens, permanecendo intactos entre os indivíduos, tornam todos igualmente ricos, de modo que não dão motivos para apropriações individuais, sujeitas a controvérsias ou disputas” (Clareno).

A revolução franciscana consistiu em tratar os bens como bens públicos e comuns: para eles, qualquer bem é um bem comum, portanto um bem indivisível e inapropriável por um único indivíduo. Tão públicos que pertencem a todos, e não apenas à comunidade franciscana. Esta é a apoteose da gratuidade: renunciar a uma capacidade e liberdade humana (usar o dinheiro), que faz parte do repertório de todo ser humano adulto, para tornar-se guardião e cuidador de um valor comum. Francisco como sentinela da vocação comum e não apropriável dos bens da terra: “Desejam nada possuir, nada ter de próprio, para possuir, juntos, tudo” (Clareno).

Até mesmo as centenas de Montes Pios¹ – aos quais Sorrentino dedica espaço e atenção – que os Franciscanos menores fundaram (sem serem os proprietários) a partir da segunda metade do século XV, não teriam nascido sem aquela fidelidade total ao não uso do dinheiro. Esses bancos diferentes foram o pouso maduro daquela antiga castidade, daquela sua enorme competência florescida a partir da proibição não negociável de lidar com o dinheiro: não podendo usá-lo para si mesmos, eles o usam para os pobres, utilizam sua competência somente para o bem comum. No hino em versos composto por ocasião da morte do franciscano Marco de Montegallo, assim lemos: “Graças a ti brilham os Montes nas ilustres cidades da Itália. Você fundou os Montes Pios para elevar os pobres” (Vicenza, 1496).

Se em 2020, oitocentos anos após a Regra não bulada, milhares de jovens economistas se encontraram em Assis em torno de Francisco, se puderam repetir “todos os bens são bens comuns”, é porque durante séculos os Franciscanos fizeram todo o possível e o impossível para salvar sua extrema

¹ NdT: Montes Pios ou Montes da Piedade, do italiano “Monti di Pietà”, eram instituições de caridade destinadas a conceder pequenos empréstimos com condições mais favoráveis que as do mercado, em troca de uma promessa ou penhora. Surgiram em várias regiões da Itália por volta de meados do século XV, graças ao trabalho dos Franciscanos, com o objetivo de libertar os mais pobres da usura.

pobreza, para não perderem seu maior tesouro: a credibilidade paupérrima. Sofreram condenações eclesíásticas, conheceram heresias, mil fracassos e acusações de ingenuidade, mas acima de tudo mantiveram a fé no aspecto mais paradoxal do seu carisma. E assim salvaram a si mesmos e a muitos outros. O que torna vivas e duradouras as profecias é a resiliência às sábias recomendações da prudência. Os carismas só são salvos por aqueles que os vivem sine glossa, por quem guarda as perguntas evitando que sejam sugadas pelas excelentes razões do bom senso.

4. Enfim, outra palavra-chave do ensaio de Sorrentino é fraternidade. A Bíblia fala pouco e geralmente mal da fraternidade, partindo de Caim até o irmão mais velho do filho pródigo, passando por José e seus irmãos. Mas também conhece belas palavras sobre ela. Como as do Salmo 133,1: “Vejam como é bom e agradável morar entre irmãos, viver todos unidos!”. E continua: “É como o óleo perfumado que se derrama sobre a cabeça, que desce sobre a barba, a barba de Aarão, que desce sobre a gola de suas vestes. É como o orvalho do Hermon, que desce sobre a montanha de Sião” (Sl 133,2-3). O óleo era sinal da consagração do sacerdote (Aarão), mas também do rei, do profeta, e é o gesto que acolhe o hóspede, que é honrado unguendo-se com óleo perfumado seu corpo, cansado da viagem. É uma imagem que fala do excedente de fraternidade. A fraternidade é antimesquinha, pois se a um irmão não se dá o manto – símbolo bíblico que dom Sorrentino escolheu para seu prêmio –, não se dá nem mesmo a túnica, porque é o que não deveríamos dar, e em vez disso damos tudo, e isso confirma o que é ser irmão ou irmã. É o óleo que uma mulher derramou nos pés de Jesus, que valia dez vezes mais do que o preço da traição. O ecônomo-economista não entende esse desperdício e continua a repreender o excedente ineficiente.

Na fraternidade não se empresta a juros, nem mesmo apenas à taxa de inflação para recuperar pelo menos as despesas. Aos irmãos você simplesmente dá: emprestar é um bom verbo de negócios, mas não é um verbo de fraternidade. Um irmão tem a mesma dignidade do rei, do sacerdote e do profeta, nada menos; e quando vem nos visitar na nossa casa, deve ser honrado como é honrado na Bíblia o hóspede, assim como Abraão e Sara acolheram os três homens nos carvalhos de Mambré, como Salomão acolheu a rainha de Sabá, como o bom pastor do Salmo 23, como as duas irmãs acolheram Jesus em Betânia. Como a viúva que hospedou Elias em sua casa e deu ao profeta seu último punhado de farinha e a última gota de óleo restante. Aos profetas e aos irmãos e irmãs não se dá o supérfluo, mas sim o necessário, por eles nos privamos do último pão. O pão de cada dia é um dom do Pai, mas quase sempre chega até nós pela mão de um irmão, de uma irmã. Quando crescemos e saímos da casa dos pais e chega um irmão na nossa nova casa, deve ser honrado como a Bíblia homenageia o hóspede. E mesmo que ele venha nos visitar com frequência, o dia da visita do irmão é dia da toalha de mesa mais bonita, de uma flor nova. O tempo para e tocamos a eternidade. As horas passadas com os irmãos são mais longas, a fraternidade prolonga nossa vida. Cada hóspede traz uma bênção, mas a bênção que o irmão e a irmã trazem, honrados como anjos, é infinita.

Caim não era o guarda (shomer) de seu irmão Abel e, portanto, tornou-se seu assassino (Gênesis 4). No capítulo 1 do Gênesis, Elohim confia o jardim a Adão, para guardá-lo: shamar. Mesma raiz: shomer, shamar. Só existe uma custódia na Bíblia, da terra e do irmão.

Shomer também é o nome do profeta: “Guarda (shomer), quanto falta para acabar a noite?” (Isaías 21,11). O profeta é, portanto, o anti-Caim, é aquele que é capaz de custodiar

o irmão, e que responde a Deus: “Sim, peça a mim: eu sou o guarda do meu irmão”. Francisco continuou esta custódia bíblica da terra e do irmão, e toda oikonomia de Francisco continua esta custódia, da terra e dos irmãos, para protegê-los da mão de Caim, seu irmão.

Luigino Bruni

(economista e historiador do pensamento econômico)